

Sarney, agora, propõe

Jornal de Brasília • 3

a união nacional

O presidente José Sarney disse, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", que aceita pensar junto com os prefeitos eleitos e com os partidos políticos "numa união nacional com objetivos definidos, para que o processo democrático seja concluído". Sarney destacou que a eleição consolidou um quadro de pluripartidarismo bem definido e garantiu que não tem "nenhum preconceito" quanto a isso.

O nosso grande desafio — disse Sarney — é chegarmos às eleições de 1989, para Presidente da República, concluindo a nossa transição democrática sem tropeços. Este é o meu desejo, a minha certeza".

As eleições, segundo o presi-

dente Sarney, demonstraram um amadurecimento muito grande do País e das instituições. "Cada um votou sem discriminação, de acordo com a sua consciência, sem nenhum temor. Agora, encerrada a campanha, terminada a apuração, vamos pensar no Brasil, os eleitos juntos com os que já governam, pensar em assegurar a continuidade do processo democrático, o calendário eleitoral e a governabilidade do País", disse.

Sarney assinalou que este processo de união nacional "tem sido muito difícil", mas que ele "não é impossível". Acrescentou que "o governo não é uma ação isolada, mas um processo solidário" e disse

que "existe um terreno comum de entendimento em torno dos interesses nacionais". O presidente acredita que "todos temos que conviver juntos, cidadãos do mesmo País, ligados pela história e pela pátria, pertencamos a este ou aquele partido".

É preciso, segundo Sarney, descartar o ódio e da intransigência, pois "ninguém, ninguém mesmo, a não ser pela violência, poderá derrubar o pluralismo ideológico e também a alternância do poder, fundamento do próprio regime democrático". O Presidente acha que as forças políticas devem se juntar "para viabilizar e não para desestabilizar a democracia".

Só reforma viabiliza acordo

Rubem de Azevedo Lima

Só a nomeação de novo ministério pode viabilizar a proposta do presidente José Sarney de se formar no País um governo de união nacional. Essa é a conclusão de diversos políticos, entre os quais o segundo vice-presidente da Câmara, deputado Paulo Mincarone, do PMDB do Rio Grande do Sul, que, há dias, na qualidade de substituto legal do presidente daquela casa, deputado Ulysses Guimarães, participou de reuniões no Palácio do Planalto.

Mincarone é de opinião de que um dos pressupostos do pacto de união nacional, a que se referiu Sarney, é a participação de todos os partidos no Governo, ocupando cargos no ministério. Pessoalmente, aliás, o representante do Rio Grande do Sul deu a entender que, haja ou não a união nacional, dois ministros deverão deixar o ministério muito em breve: o da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e o das Relações Exteriores, Abreu Sodré.

O senador Edison Lobão, do PFL maranhense, amigo particular de Sarney, disse que a idéia de união tem por objetivo preservar o processo de transição para a democracia. Reconheceu, ele, no entanto, que os dois principais partidos vitoriosos nas últimas eleições municipais — o PT, do deputado Luís Inácio Lula da Silva, e o PDT, do ex-governador Leonel Brizola — poderão não ter nenhum interesse em participar desse ministério de união nacional.

"Convém observar, porém" — acrescentou Lobão —, "que a vitória nas urnas pode ser um fato efêmero. O PT e o PDT não dizem que querem o bem do País? Pois, através da união nacional, demonstrariam que têm, de fato, es-

se propósito. Se se recusarem ao entendimento, no caso, ficarão desmascarados perante a opinião pública".

Sem desfigurar

Lobão, que concorda com a tese da união nacional, faz, porém, uma ressalva: "Se houver esse acordo, é bom que se diga que não se pode desfigurar o governo Sarney".

Admitiu, neste ponto, a reformulação do ministério, nada impedindo, porém, que o presidente Sarney aproveite alguns dos atuais ministros e remova outros para novos postos no Governo.

"Como o PT e o PDT podem aceitar participar do governo Sarney, quando o próprio PMDB, através de seus governadores, exige que o partido se afaste do Presidente da República?" Essa indagação foi formulada pelo ex-deputado maranhense Freitas Diniz, hoje na assessoria parlamentar do PT. "Ninguém quer ser ministro de Sarney", acrescentou Diniz. Ele esclareceu que a solução da crise brasileira passa pela renúncia do atual Presidente da República.

Para Edison Lobão, tal proposta, apoiada pelo PT e pelo PDT, implica violência à Constituição, pois parte da idéia de se antecipar o pleito presidencial e de reduzir o mandato do presidente. Lobão não quis dizer que ministros poderiam ser mantidos, para preservar a imagem política de Sarney, na hipótese de se aprovar a união nacional. Um assessor militar do Governo disse que Sarney de modo nenhum abrirá mão do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

Renúncia

Na visão de Freitas Diniz, poder-se-ia dispensar a antecipação do pleito de 1989, se Sarney aceitasse renunciar. Nesse caso, assumiria a Presidência, interi-

amente, o presidente da Câmara. Este convocaria o Congresso para eleger, por via indireta, o novo Presidente, que completaria o mandato de Sarney.

"Esse Presidente indireto, sim, pode propor a união nacional. Na proposta de Sarney, porém, ninguém crê" — disse Diniz.

Dando curso às preocupações que o dominaram, após a reunião de que participou no Palácio do Planalto, com ministros da área econômica e militares, o deputado Paulo Mincarone encaminhou ontem à mesa da Câmara um requerimento de convocação extraordinária do Congresso, para o período de 3 de janeiro de 1989 a 14 de fevereiro do mesmo ano. Nesse período, os congressistas regulamentariam o direito de greve no serviço público e definiriam os serviços considerados essenciais pela Carta. Além disso, seriam votados os decretos pendentes de exame pelo Legislativo ou ainda as medidas provisórias baixadas pelo Presidente até 14 de janeiro de 89.

No sistema

Apesar das reações de susto, causadas pela ascensão das esquerdas no pleito do último dia 15, o crescimento eleitoral do PT foi absorvido sem problemas nas áreas militares, sob o argumento de que esta agremiação passa, agora, a integrar o sistema de poder e a ter responsabilidades com a ordem vigente.

Mas, dirigentes do PSDB, como o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), observaram, a propósito da idéia de união nacional, que esse é um conceito político do parlamentarismo e o presidente Sarney, que hoje a suscita, se opôs a que a Constituinte aprovasse o sistema parlamentar de governo.